



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0012599-63.2016.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material**
Requerente: **LAISE PELLEGRINI ALENCAR CHIARI**
Requerido: **Gol Linhas Aéreas S.A. e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que a autora alegou ter contratado uma viagem junto às rés.

Alegou ainda que na data prevista ela não pode embarcar com suas duas filhas menores por ausência de documentação consistente na autorização para a viagem de suas filhas somente na companhia da genitora.

Atribuiu esse fato à falha de informação por parte da rés, postulando por isso a condenação delas a ressarcir os danos morais e materiais que suportou.

Reputo a partir do exame dos autos que inocorreu falha das rés na prestação dos serviços a seu cargo.

Isso porque consta expressamente no contrato

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

firmado cláusula a propósito da situação especial de viagem de menores de dezoito anos (cláusula 7 (c) – fl. 168).

Idêntica advertência está consignada no site da ré Gol e valendo registrar ainda que existe previsão legal para tanto (art. 84, inc. II da lei 8.069/90)

Deveria, portanto, ser de conhecimento dela se os tivesse lido, pouco importando ser leiga quanto à matéria.

Nesse contexto, e ainda que a rés no ato da contratação ou posteriormente não tenha feito referência ao assunto, isso não assumiu maior relevância.

As informações que eram obrigatórias às rés prestarem devem ser compreendidas no cotejo com os documentos entregues à autora, bem como com a observância dos institutos legais para tanto, concluindo-se que o desfecho noticiado foi a falta de atenção da autora e não qualquer desídia das rés.

A autora, em consequência, não faz jus ao ressarcimento dos valores que pleiteou.

Em consequência, não procedente também o pedido de ressarcimento dos danos morais que invocou.

De rigor, assim, a improcedência da ação.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 27 de outubro de 2017.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA
